

# **BULLYING EM CONTEXTO ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

(2011)

**Mónica Machado**

Psicóloga, licenciada na área de pré-especialização em Psicologia do Desenvolvimento e Mestre em Psicologia, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (Portugal)

E-mail:

[monicamachado@personalidades.eu](mailto:monicamachado@personalidades.eu)

---

## **RESUMO**

O tema da violência escolar tem vindo a assumir uma elevada importância nos últimos tempos. A identificação desta problemática apresenta-se como um ponto importante para que as escolas possam encontrar meios para melhor se defenderem. Considera-se, assim, importante que todos os seus elementos sejam englobados neste processo de prevenção da violência escolar, procurando este artigo apresentar algumas sugestões de intervenção a serem implementadas.

**Palavras-chave:** Bullying, violência escolar, agressor, vítima, intervenção

---

## **I. INTRODUÇÃO**

O fenómeno de violência nas escolas tem vindo a assumir-se como um tema relevante no contexto escolar e social da actualidade. A comunicação social vem a transmitir informação que a prática de actos de violência entre colegas dos diferentes anos lectivos tem vindo a aumentar, com consequências cada vez mais negativas quer para os agressores, quer para as vítimas.

O fenómeno do bullying é considerado recente, sendo que só nos últimos anos se começou a prestar atenção aos comportamentos exibidos pelas crianças/ adolescentes no contexto escolar que se traduziam em agressões entre estes, causando às vítimas dificuldades de interacção social, baixa auto-estima, sentimentos depressivos e diminuição do rendimento escolar.

O crescente interesse sobre esta temática e a necessidade de encontrar formas de chamar atenção para o problema que em que ela se traduz, tornam de todo pertinente o presente artigo, que procura, acima de tudo, apresentar um conjunto de estratégias que se revelem eficazes para a diminuição da violência no meio escolar.

## II. O CONCEITO DE BULLYNG

Partindo do ponto de partida que o bullying se apresenta como um comportamento agressivo que ocorre entre colegas dentro do contexto escolar, torna-se de todo pertinente abordar algumas questões relacionadas com a agressividade. A agressividade pode ser definida como uma forma de conduta que tem como principal objectivo infligir aos outros ferimentos, sejam eles de ordem física ou psicológica. A agressividade ou agressão pode ser entendida como algo intencional, através da qual um individuo procura coagir outro para obter algo (Ramirez, 2001).

No entanto, também ficamos a saber que a agressividade é entendida como a capacidade ou potencial de alguém para provocar danos, ofensas ou prejuízos a outrem ou a si mesmo, sejam eles de ordem material ou moral (Abreu, 1998). Não é entendida como uma capacidade inata, mas antes como uma potencialidade de acção em relação a situações que podem causar frustração e bloquear o percurso normal do desenvolvimento humano (Sousa, 2006).

Tendo em conta alguns manuais psicológicos, a agressão ou os comportamentos de agressividade podem ser vistos como um distúrbio de personalidade, sendo que isso não implica que esta não possa ser entendida como algo de carácter negativo. Tendo em conta estas concepções, Bertão (2004) faz questão de referir que esta é algo inerente a todo o processo de desenvolvimento humano e apresenta-se como essencial para a sobrevivência, dado que permite ao individuo atitudes de defesa e adaptação. De acordo com este autor, a agressividade pode mesmo ser entendida como um elemento protector que possibilita a construção de um espaço interno e que promove a diferenciação entre o Eu e o Outro, favorecendo assim o estabelecimento de vínculos entre elementos.

Contudo, mesmo podendo ser entendida como uma relação pulsional e impulsionadora do desenvolvimento humano, não podemos deixar de prestar atenção às características negativas que a ela podem estar inerentes, sendo por isso que nos últimos anos se tem vindo a assistir ao aumento dos estudos psicológicos sobre a agressividade. Ora neste sentido e partindo de concepções prévias existentes sobre a agressividade, não podemos deixar de referir que esta não se centra única e exclusivamente num mero comportamento de agressão física ou verbal, dado que ela mesma implica uma panóplia de comportamentos que nem sempre podemos quantificar ou descrever. De facto, a agressividade parece assumir diferentes formas, sendo que a verbal e a física se apresentam como aquelas às quais se parece atribuir uma maior importância, dado que são mais evidentes aos olhos dos outros. Contudo, não podemos ignorar que também outros

comportamentos que não esta agressão visível, como o vandalismo, a indisciplina ou mesmo perturbações do comportamento possam ser entendidos como agressão, pois se nos centrarmos nas suas características não vemos nada mais, nada menos que a presença de comportamentos agressivos sobre as suas mais diversas formas.

A agressividade parece sempre englobar comportamentos de violência. A violência pode ser entendida como uma acção ou comportamento infligido por uma pessoa que irá causar dano a outra pessoa, negando a essa a autonomia, a integridade física ou psicológica ou mesmo o direito à vida. Pode ser ainda percebida como o uso de força desmedida (Barros et. al., 2009).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) a violência apresenta-se como um problema que tem assumido uma importância cada vez mais crescente devido às consequências que dela advêm, passando a ser entendida como um factor de risco para o desenvolvimento da vida humana. Por outras palavras, a OMS apresenta a violência como a utilização de forma intencional da força ou poder físico através de comportamentos de ameaça ou concretização contra si mesmo ou contra os outros (inclusive grupo ou comunidade), que se traduz na possibilidade de ocorrerem ferimentos, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação da liberdade.

É neste contexto da agressividade e violência, que Abramovay (2006) apresenta a violência da escola como um fenómeno múltiplo e que cada vez assume contornos mais ou menos definidos, salientando pela presença de práticas inerentes aos estabelecimentos de ensino e relações sociais nas escolas. É aqui, nesta procura de um consenso entre os conceitos de agressividade, na busca exaustiva por uma definição com critérios mais ou menos específicos, que nos deparamos com a presença de um fenómeno crescente associado ao contexto escolar que tem vindo a preocupar pais, professores, educadores, alunos e comunicação social e de investigação nos últimos anos: o bullying.

No V Congresso Português de Sociologia, Carlos Barbosa e Conceição Nogueira afirmaram na sua comunicação que o fenómeno da violência escolar apresenta-se como um foco de preocupação para pais, educadores, estudantes e toda a sociedade em geral. Referiram ainda que os comportamentos violentos cometidos no contexto escolar são geralmente o espelho do contexto social e familiar, da violência presente em programas televisivos, videojogos, Internet, assim como se deve à incapacidade que a maioria das escolas tem em responder de forma adequada aos comportamentos de indisciplina, às deficiências legislativas e aos comportamentos de agressividade presentes no seu contexto.

O bullying pode ser apresentado como um estudante que se encontra a ser vítima ou exposto de forma repetida e continuada a acções negativas por parte de um ou mais estudantes (Olweus, 1999). O bullying deve começar a ser entendido como um padrão de comportamento ou conduta de agressividade entre alunos, constituindo-se como um comportamento agressivo, intencional e prejudicial que apresenta uma durabilidade pouco quantificável. Trata-se de um tipo de violência

que tem a sua origem e se desenvolve em contexto escolar, de ordem física, psicológica ou verbal, perpetrada por um indivíduo ou um grupo face a outro indivíduo ou grupo que não possui em si mesmo capacidades de defesa (Ramirez, 2001)

Olweus (1999) define bullying como um comportamento agressivo e de intimidação que revela uma série de características comuns, de entre as quais se podem destacar as estratégias de intimidação do outro, seguindo-se da presença de práticas violentas exercidas por um indivíduo ou por pequenos grupos. Estas práticas e estratégias apresentam-se como regulares e frequentes, assumindo a forma de agressão individual ou de grupo. De facto, trata-se de comportamentos agressivos de intimidação ao outro que resulta da manifestação de práticas violentas exercidas por um indivíduo ou por pequenos grupos, de forma regular e frequente (Pereira, 2006). Também Smith e Sharp (1994) definem o termo como o abuso sistemático de poder entre pares ou um processo de agressão intencional e repetido.

O termo bullying veio, de certa forma, substituir o conceito mais amplo de agressão escolar, sendo adoptado por países de expressão anglo-saxónica, eliminando assim a atribuição de inúmeros vocábulos para a descrição de um mesmo comportamento. Esta homogeneidade da utilização do conceito parece englobar em si mesmo uma série de vocábulos, que se traduzem em comportamentos como maltratar, agredir, violentar, humilhar, assediar e abusar (Pereira, 2006).

Assim sendo, por bullying podemos entender a agressividade entre pares de forma continuada e intencional (Olweus, 1993; Smith e Sharp, 1994), isto é, o abuso sistemático do poder entre pares, reflectindo-se sobre a forma de um comportamento agressivo, maldoso, intencional e persistente que pode durar semanas, meses ou anos, em que as vítimas se encontram, na grande generalidade, numa situação de defesa pessoal difícil (Smith & Sharp, 1994).

Os actos de bullying apresentam uma série de características: primeiro, são comportamentos produzidos de forma repetitiva por um período prolongado de tempo contra uma determinada vítima (s). Segundo, representam sempre uma relação de desequilíbrio de poder, o que torna difícil a adopção de atitudes de defesa por parte da vítima e, por último, ocorrem quase sempre sem motivação aparente, o que o torna num comportamento deliberado com o objectivo principal de causar danos aos outros (Barros et al. 2009).

Carvalhosa e colaboradores (2001) referem que a conceptualização do conceito de bullying nem sempre se revela consensual. De entre os diversos investigadores sobre o tema, existe sempre a homogeneidade em referir-se a este comportamento como um acto de agressão, no entanto nem todos concordam que a agressão se refere apenas a comportamentos de origem física, salientando também a agressão psicológica e a indisciplina. Esta ausência de consensualidade entre os investigadores pode traduzir-se em dificuldades conceptuais, que por sua vez se podem traduzir em dificuldades de aplicabilidade prática de técnicas de intervenção neste contexto. Assim sendo, parece prudente referir que qualquer que seja a forma sobre a qual a

violência escolar se manifeste, é de extrema importância que contemple em si mesma diversos factores, sejam eles de ordem física ou psicológica, dado que só assim qualquer âmbito de intervenção se poderá revelar eficaz.

### **III. AGRESSOR VS VITIMA**

No bullying existem sempre duas personagens: a vítima e o agressor, o que não quer dizer que estejam reduzidas a um elemento por cada “categoria”. Podem ser várias vítimas para um mesmo agressor, pode ser uma vítima para vários agressores e mesmo só uma relação de dualidade: vítima e agressor. As diferenças entre estes elementos de uma mesma relação são ténues, sendo que muitas das vezes podemos mesmo vir a confundi-las devido ao facto de existirem características que se assemelham, de entre as quais podemos destacar o meio sócio-cultural e o meio familiar, que muitas das vezes se encontram em pólos opostos.

O agressor aparece definido como tendo boas competências sociais e cognitivas, sendo que um estudo realizado por Pereira e col. (2004) refere que geralmente estes são do sexo masculino (predominância de agressores do sexo masculino sobre o feminino) e com características associadas ao ano de escolaridade frequentado e ao número de reprovações, sendo que este indicador parece revelar que quanto maior o número de reprovações, maior a probabilidade da criança vir a apresentar comportamentos de agressão para com os seus colegas.

Aos agressores, a longo prazo, espera-se que apresentem uma maior probabilidade de condenação judicial e cumprimento de penas em estabelecimentos prisionais ou reformatórios, assim como apresentam uma maior probabilidade de apresentarem problemas de conduta e comportamentos desviantes que tenderão a permanecer e a piorar com a passagem dos anos (Olweus, 1989).

Os agressores consideram que é de extrema necessidade conseguirem satisfazer as suas necessidades e vontades, dado que muitas das vezes apresentam uma grande necessidade de serem o centro das atenções, sendo isso o que os faz sentir recompensados uma vez que obtêm estatuto, poder ou mesmo objectos materiais. Os seus sentimentos face á situação de agressão de um colega são de prazer, isto é, sentem prazer na realização das situações de ameaças, agressões ou mesmo de ridicularização das suas vítimas. No entanto, nem tudo pode ser positivo para o agressor (positivo no sentido da afirmação social que este procura e dos ganhos secundários inerentes ao seu comportamento), dado que a longo prazo as consequências dos seus comportamentos podem passar pelo envolvimento em situações de violência doméstica, delinquência ou outros crimes de maior envergadura, como furtos leves e roubos, podendo mesmo terminar na cadeia (Barros et al., 2009).

O factor de motivação dos agressores é o crescente desejo de intimidação e domínio sobre os outros, ou seja, o desejo de poder e a necessidade de abusar do mesmo. De um modo geral, pode-se dizer que os alunos agressores apresentam e adoptam comportamentos de déspotas, perseguindo e oprimindo constantemente o seu colega, transformando este numa vítima, ou seja, aquela que será o alvo da sua perseguição

Por outro lado encontramos as vítimas, nas quais, tal como para os agressores, a predominância é o sexo masculino e que a classe social mais afectada são as dos extremos, ou seja, as muito baixas ou as muito elevadas. As vítimas apresentam-se, em grande parte das vezes, como crianças rejeitadas pelos seus pares, com tendência para o isolamento, não desenvolvendo assim as capacidades relativas ao relacionamento social e protecção pessoal, o que as torna mais propensas à rejeição e agressão social. Com o passar do tempo, existe a probabilidade de apresentarem dificuldades relacionadas com relacionamento interpessoal e desajustamento emocional (Pereira, 2006).

De facto, as vítimas apresentam-se como seres frágeis, com sentimentos de desigualdade ou mesmo de estarem a ser prejudicados pelos comportamentos dos outros. Raramente pedem ajuda para resolver as suas dificuldades, o que se deve em muito ao medo de represálias por parte dos seus agressores. Gradualmente começam a demonstrar perda de interesse, medo ou mesmo expressar o desejo de não regressar à escola. A longo prazo apresentam uma maior probabilidade de apresentarem quadros depressivos, baixa auto-estima e em casos extremos podem ocorrer tentativas de suicídio ou mesmo de agressão com recurso a armas para com os seus agressores (Barros et al., 2009). Os sentimentos de rejeição social e os próprios comportamentos de exclusão social a que são sujeitas as vítimas leva a que experienciem dificuldades de ajustamento social e relacional no decorrer da adolescência e idade adulta, dado que a baixa auto-estima e sentimentos de insegurança moldam a sua capacidade de relacionamento com os outros (Pereira, 2008).

Desta forma, um aluno que é considerado vítima quando é exposto de forma continuada e por um período prolongado de tempo a acções que lhe causam mau - estar provocadas por um ou mais colegas, sendo que esta opressão repetida, psicológica e física se traduz literalmente numa relação de diferença de poder, isto é, o agressor tem mais poder que a vítima. Esta diferença de poder pode estar directamente relacionada com factores externos, como factor surpresa, que se traduz num maior poder do agressor, dado que este escolhe o momento e o local em que a sua vítima se encontrará indefesa. Será este efeito surpresa que leva a vítima a não ter capacidade de reacção ou defesa, o que mais tarde se traduz em sensações de mau - estar e medo (Pereira, 2006).

Para terminar, não podemos conceptualizar o bullying apenas com dois actores. A presença de observadores deste comportamento também acarreta consequências para os mesmos. Barros et al. (2009) referem que os observadores são aqueles alunos que não participam no acto de bullying, mas que assistem aos factos violentos e aprendem a conviver com eles, assumindo que a

melhor solução para os mesmos é estarem calados para não virem a sofrer as mesmas consequências que as vítimas. Estes observadores ou testemunhas são, na maioria das vezes, alunos sem envolvimento directo no acto de violência, mas que apresentam sentimentos extremamente negativos em relação aos factos que observados.

Assim sendo, podemos concluir que o impacto do bullying não é meramente para os agressores e para as vítimas, mas que engloba em si mesmo todos os intervenientes, sejam eles participativos ou não, uma vez que o acto de agressão contém aspectos de ordem cultural, social, político, económico e individual, sendo neste último que deve ser dada especial atenção dado que expressa relação directa com aspectos da personalidade do indivíduo no ambiente no qual se encontra. Também os factores de ordem cultural não podem ser ignorados, dado que fazem referência directa às normas da sociedade na qual os indivíduos se encontram (Antunes & Zuin, 2008).

Concluindo, pode-se dizer que o acto de bullying acarreta em si mesmo mudanças quer para as vítimas, quer para os agressores, que passam a comportar-se de acordo com aquilo a que estão sujeitos. O agressor revela um incorrecto desenvolvimento moral e das normas sociais, o que muitas das vezes o impede de tomar consciência da gravidade dos actos praticados e das consequências negativas que esses mesmos actos representam na vida quotidiana das vítimas. As sensações de medo, baixa auto-estima e frustração que acompanha as vítimas leva a que estas possam desenvolver comportamentos patológicos associados ao humor depressivo, baixa auto-estima e ideação suicida. A relação entre estes dois elementos apresenta-se como a mais significativa em todo o acto de bullying.

#### **IV. AGRESSÃO EM CONTEXTO ESCOLAR: POSSÍVEIS EXPLICAÇÕES**

Durante muitos anos não foi atribuída grande importância às situações de violência ocorridas em contexto escolar, o que também se encontra relacionado com o facto de a presença de agressões neste contexto se apresentar como praticamente inexistentes. De acordo com os dados apresentados por Abreu (1998) o aumento da agressividade em contexto escolar parece estar directamente relacionado com a mudança quantitativa ocorrida no sistema educativo: o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 15 anos. No entanto, o autor revela ainda que não podemos utilizar esta mudança como um factor explicativo do fenómeno da agressão, mas sim como uma condição potenciadora para a exacerbação de sentimentos de frustração e insatisfação por parte dos alunos, em que o seu acumular pode originar ao desenvolvimento de condutas agressivas por parte destes.

Neste sentido, encontramos referências por parte de outros autores ao facto de que as mudanças verificadas no meio escolar se possam traduzir em dificuldades acrescidas para as crianças e potenciadoras do desenvolvimento de condutas agressivas ou sentimentos de

insegurança. De acordo com Santos (2004) as crianças estão frequentemente sujeitas a mudanças escolares, sejam em termos de espaços físicos, seja em termos curriculares, o que poderá originar a presença de ritmos escolares desadequados, exigentes e controladores.

Neste sentido, esta mesma autora revela que o contexto escolar apresenta-se e aparece cada vez distanciado do contexto sócio-cultural no qual está inserido, dado que cada vez mais o interesse parece estar em repartir os alunos por disciplinas, sem que estes tenham a possibilidade de estabelecer qualquer tipo de contacto com a comunidade na qual se inserem. Desta forma, parece que a escola se apresenta apenas como um espaço destinado à transmissão de conhecimentos teóricos através da repetição e memorização, ignorando outros factores como o desenvolvimento cognitivo e emocional do aluno, não recorrendo por isso a metodologias centradas no desenvolvimento e promoção da autonomia, reflexão, espírito crítico, trabalho cooperativo e criatividade (Santos, 2004).

Contudo, não podemos assumir que a presença de agressividade em contexto escolar esteja directamente associada a uma relação causa-efeito entre as duas variáveis em questão. De acordo com Sousa (2006) a escola pode ser propiciadora de condições favoráveis para a presença de comportamento de agressão nos seus elementos, em que segundo Abreu (1998) “a escola é geradora de condições de violência (...) por intermédio de práticas de avaliação (...) que conduzem à exclusão, à desvalorização pessoal e à acumulação de situações de fracasso” (p. 137). Esta afirmação parece ir ao encontro da concepção de que a escola deve ser entendida como a principal responsável pelo assegurar a transmissão de conhecimentos e classificação dos alunos através da avaliação dos seus conhecimentos, ignorando assim o seu papel de agente de socialização, isto é, a escola não centra as suas funções no desenvolvimento de relações interpessoais e afectivas, mas sim no rendimento escolar dos seus alunos (Sousa, 2006).

Autores como Costa & Vale (1998) referem que a escola se apresenta como um contexto gerador de agressividade pelas suas próprias dinâmicas organizacionais e relacionais. Ainda ao encontro desta perspectiva, Santos (2004) atreve-se a referir que a escola não se apresenta como um meio capaz de responder às expectativas, motivações e projectos dos seus alunos, dado que ela mesma discrimina e marginaliza aqueles que dela se afastam. Esta autora vai ainda mais longe ao acusar a escola de adulterar a identidade do ensino, pelo simples facto de incentivar à competitividade crescente que apenas terminará com o ingresso no ensino superior. Acusa-a ainda de não promover a comunicação e a identificação com ela, o que a torna o espaço privilegiado para o desenvolvimento de comportamentos violentos entre os seus elementos.

Santos (2004) salienta ainda que ao nível da formação pessoal, as escolas não procura promover práticas activas que permitam a correcta aplicação no contexto real e quotidiano do aluno, recorrendo a metodologias pedagógicas que não promovem a transformação do papel do aluno na escola. Ressalta ainda que a própria agressividade em contexto escolar é promovida e perpetuada pelos próprios funcionários e professores, que recorrem muitas das vezes a agressões físicas sobre as crianças, sendo apresentada como uma agressividade simbólica presente no

constante controlo que exercem sobre os alunos, o que apenas demonstra o desrespeito, a prepotência, o controlo da privacidade e o preconceito que detêm sobre estes.

Assim sendo, estas formas de agressão mencionadas pela autora tornam-se visíveis na relação pedagógica, na organização curricular, na imposição de regras não justificadas, no controlo da circulação dentro do espaço escolar e na dependência que se procura criar entre professor e aluno, sendo que este último (o professor) apresenta-se quase sempre como um elemento privilegiado nesta relação, uma vez que o seu abuso de poder sobre os seus educandos apresenta-se sobre uma forma inconsciente e que ao mesmo tempo ele considera benéfica para as crianças (Sousa, 2006). Por outras palavras, os adultos presentes no próprio contexto escolar parecem apresentar-se como os principais modelos para as práticas de agressão, dado que eles mesmos através de atitudes e comportamentos intensificam e quase que dão uma espécie de autorização para que alunos apresentem esse tipo de comportamentos entre si.

Para concluir, podemos dizer que embora o contexto escolar se possa apresentar como um meio quase que privilegiado para a agressividade, é possível implementar neste uma série de estratégias que promovam mudanças a nível qualitativa e quantitativo ao nível da motivação, métodos de ensino e aprendizagem, dado que o desfasamento entre o enquadramento legal e a prática educativa é elevado, dado que as reformas sucedem-se centrando-se quase em exclusivo nos conteúdos a transmitir e não no modo como estes devem ser aprendidos e ensinados (Abreu, 1998). Assim sendo, avaliar e intervir ao nível da agressividade em contexto escolar implica que tenha que existir cooperação entre os diferentes elementos intervenientes, assim como aceitar que é necessário proceder a algumas adaptações para que promovam no aluno o desejo de frequentar a escola, sem medo das represálias que daí poderão advir.

## **V. O PAPEL DA ESCOLA**

A escola apresenta a tendência para concentrar a sua atenção nas crianças/ jovens agressores, dado que estes são aqueles que apresentam os comportamentos mais evidentes de perturbação do ambiente escolar, ou seja, são estes que afectam de forma negativa o clima da turma e o funcionamento normal da escola. Mas mesmo assim, com esta atenção quase que redobrada sobre os agressores, a presença de medidas para estes continuam a ser ignorada, revelando-se na maior parte das vezes como inadequadas ou pouco eficazes (Pereira, 2006).

Os recreios escolares apresentam-se como os locais privilegiados para a prática do bullying. É aqui que estes problemas se apresentam como mais frequentes em comparação com qualquer outro espaço da escola, como os corredores ou salas de aula. Esta realidade parece estar directamente relacionada, como refere Pereira (2006) com o facto de que neste local existe pouca supervisão por parte dos adultos sobretudo em escolas do 2º, 3º Ciclos e Secundário (o mesmo não se verifica nos Jardins de Infância, Creches ou escolas do 1º Ciclo). De facto, a autora

salienta que o bullying se apresenta como uma prática comum em grande parte das escolas, sejam estas de meio urbano ou meio rural, bem como de diferentes anos lectivos, sendo que considera relevante a intervenção a partir da entrada no Jardim de Infância e nas escolas primárias como forma de intervenção primária de prevenção do bullying.

Antes de mais, o papel da escola deve ser mediador e avaliador, ou seja, torna-se pertinente que a escola seja capaz de avaliar se se apresenta como um meio propício à violência, assim como avaliar se os seus alunos são agressores ou vítimas de agressão. De acordo com Fonseca (1983) existem diferentes métodos para proceder à avaliação da presença de agressividade na escola. De entre diferentes métodos ressalta que o primeiro passaria pela aplicação de um conjunto de tarefas estruturadas para os indivíduos com o objectivo principal de testar hipóteses específicas, formuladas previamente com base num quadro de referência teórico. Estas tarefas teriam como objectivo aceder às percepções que os indivíduos teriam sobre os diferentes aspectos da interacção social.

As tarefas, baseadas numa perspectiva da aplicação prática do método experimental, consistiriam em histórias hipotéticas, dilemas morais, resolução de problemas ou outras, nas quais deveria estar presente as relações entre as personagens. No final da realização destas tarefas, o individuo seria alvo de uma entrevista pessoal como forma de avaliar o modo como este reage e avalia situações e quais as justificações que utiliza para as corroborar (Fonseca, 1983).

Segundo Fonseca (1983), a observação directa e sistemática também se apresentaria como um bom método a implementar nas escolas, uma vez que permitiria a análise directa das situações e comportamentos agressivos dos indivíduos no meio no qual estes ocorrem (observação naturalista) ou mesmo através da criação mais ou menos estruturadas com o objectivo principal de avaliar o comportamento destes. Este método de observação directa tem por base as concepções e trabalhos de Goodenough (1931), que colocou em evidência que recorrendo ao método de observação directa em contextos naturalistas ou estruturados, seria possível ao avaliador registar os comportamentos de interacção que ocorrem de forma espontânea, o que evitaria os enviesamentos decorrentes de situações previamente criadas.

Também Ramirez (2001) apresenta uma série de formas de avaliação na escola que podem ser utilizadas. Antes de mais começa por referir que avaliar a agressividade na escola é passível com o recurso a uma série de medidas estandardizadas, de entre as quais ressalta os questionários, as entrevistas e actividades individuais realizadas para e com os estudantes. De acordo com a autora, existem uma série de provas de avaliação disponíveis para avaliar a personalidade e as condutas agressivas, que podem ser utilizados. Aqui ressalta ainda que pode haver a necessidade de adaptar estes instrumentos à realidade escolar ou mesmo aos objectivos previamente definidos referentes a este problema.

De facto, Ramirez (2001) refere mesmo algumas das características que deverão estar presentes nestes questionários: dados referentes à identificação, nível de ensino, grupo, sexo, idade, estabelecer períodos de tempo concretos, oferecer itens que permitam distinguir as agressões que ocorrem dentro e fora da escola, assim como apresentar uma linguagem simples e com instruções claras, para que possa desta forma abarcar toda a comunidade escolar.

Por fim, a mesma autora não deixa de colocar em grande destaque o papel da entrevista individual como um método eficaz para a recolha de informação com o aluno. A situação de entrevista deve obedecer a critérios específicos, sendo que o seu objectivo deve ser explicado para evitar possíveis dificuldades posteriores por parte do aluno, tais como o cansaço ou temas que este considera desagradáveis (Ramirez, 2001).

Em suma, podemos dizer que os autores acima mencionados consideram de extrema relevância que a escola tenha em si mesma a capacidade para se avaliar e avaliar os seus alunos, pois só assim poderá obter informação concreta sobre a real extensão do problema de agressividade e violência com o qual poderá ter que lidar. Não é ao ignorar a presença de comportamentos agressivos que a escola se torna capaz de oferecer aos seus alunos as respostas.

## **VI. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO**

Intervir em contexto escolar pode apresentar-se como uma tarefa mais ou menos complicada e que irá necessitar da colaboração de vários intervenientes, assim como da consciencialização de que a escola poderá apresentar um problema grave nos seus corredores e dentro das salas de aula. Nem sempre é fácil para o contexto escolar admitir que tem um problema com os seus alunos. Avaliar e investigar o contexto escolar em termos de agressividade afigura-se como um elemento central antes de todo o processo de intervenção, sendo por isso a escola responsável por criar as condições que permitam aos diferentes intervenientes no seu contexto auxiliar neste processo de combate à violência em contexto escolar.

Assim sendo, iremos partir da apresentação de algumas técnicas de intervenção sugeridas por autores que procuram estudar o fenómeno e impacto deste no contexto escolar, sendo que posteriormente será apresentada a nossa concepção de intervenção no contexto da violência escolar e bullying.

Abreu (1998) partindo de uma perspectiva mais freudiana das pulsões, refere que a prevenção dos comportamentos de violência em contexto escolar passa por estimular a capacidade de controlo e inibição das pulsões. Desta forma, refere que antes de mais torna-se importante conhecer os mecanismos fisiológicos inerentes ao comportamento humano relacionados com o afastamento perante possíveis agressões e a possibilidade de catarse, ou seja, criar um espaço no qual seja permitido ao indivíduo libertar-se da sua energia, força e emoções,

salientando aqui a importância do estabelecimento de relações de amizade e conhecimento com indivíduos de etnias e grupos sociais diferentes; usando a cooperação como meio para prevenir os comportamentos agressivos.

Partindo destes pressupostos, Abreu (1998) fala da importância do riso, do humor e dos factores culturais como fundamentais para a integração do indivíduo na sociedade e no contexto sócio-cultural, apresentando este contexto quase como uma necessidade para a prevenção, uma vez que permitirá ao aluno desenvolver as suas relações sócio-afectivas em outros contextos que não a escola, sentindo-se responsável por essas mesmas relações, aprendendo desta forma a não segregar aqueles que se encontram à sua volta.

O insucesso escolar também se apresenta como um factor que poderá exercer influência no desenvolvimento de condutas agressivas entre os alunos. De facto, alunos com taxas de insucesso escolar parecem apresentar uma maior propensão para o desenvolvimento de comportamentos agressivos para com os seus colegas e para com o ambiente escolar, sendo por isso necessário intervir ao nível das interacções que poderão influenciar o comportamento do aluno, de entre as quais destacamos as dinâmicas organizacionais e funcionais; mudanças ao nível dos programas e reformas curriculares; métodos de ensino e de avaliação. Basicamente, passaria por modificar algumas das concepções teóricas que ainda sustentam as práticas dominantes no ensino português, centrado quase que em exclusivo para a busca do sucesso educativo, ignorando ainda aspectos relacionados com o relacionamento interpessoal e com a necessidade de criar na escola um contexto diferenciado tendo em conta as características individuais dos seus alunos (Abreu, 1998).

Santos (2004) centra a sua atenção em sete factores que considera de extrema importância no âmbito da prevenção de violência em contexto escolar: prevenção, sucesso educativo, materiais pedagógicos, espaços de debate, política educativa, intervenção e pesquisa e apoio psicossocial. De acordo com esta autora, a prevenção deveria passar pelo desenvolvimento de práticas educativas e de interacção que fomentassem sentimentos de igualdade, justiça e reciprocidade em toda a comunidade educativa, sendo que prevenir não passaria apenas pela intervenção junto dos alunos, mas também dos restantes elementos da comunidade. Num primeiro momento, os objectivos da prevenção seriam o desenvolvimento de sentimentos positivos de generosidade, amabilidade e solidariedade, recorrendo a estratégias que procurassem incentivar a comparação entre pares e não a estigmatização em classes.

Uma outra estratégia passaria pela promoção do sucesso educativo, que se centraria em mudanças ao nível da organização estrutural e curricular do contexto escolar. De facto, Santos (2004) revela que para promover o sucesso educativo torna-se importante organizar turmas, modificar conteúdos, rever as orientações curriculares e estratégias de ensino, procurando desta forma adapta-las aos saberes e conhecimentos dos alunos. Desta forma, invés de se promover a competitividade, deve-se procurar promover a cooperação através do recurso a metodologias

pedagógicas que promovam a auto-confiança, auto-estima, assertividade, capacidade de antecipação e resolução de problemas.

Também os materiais pedagógicos existentes deveriam sofrer alterações, procurando colocar à disposição dos alunos materiais que promovessem a democracia, a solidariedade, a equidade e o respeito pelos direitos humanos. Aqui, associados aos materiais pedagógicos, tornar-se-ia importante criar um espaço de debate e discussão, no qual houvesse a possibilidade de confronto de ideias e reflexões, espaços estes nos quais os alunos seriam convidados a participar, como intervenientes activos, procurando desta forma dar-lhes a conhecer as realidades do mundo actual e sociedade moderna (Santos, 2004).

Não pode deixar de ser referido que Santos (2004) considera que a prevenção da violência escolar passa por duas metas: a intervenção e a pesquisa. Com isto, a autora pretende dizer que não podemos realizar qualquer trabalho de intervenção sem antes pesquisar a realidade escolar na qual os profissionais e alunos se encontram inseridos. Só o conhecimento desta realidade escolar é que permitirá a criação de uma equipa multidisciplinar para a discussão e implementação de um projecto com vista o combate à agressividade. Será no contexto de intervenção que deve ser facultado aos agressores e às vítimas apoio psicossocial, que passaria pela criação e disponibilização de estruturas de auxílio e escuta para os alunos nos quais deveria ser promovida a segurança, auto-estima, protecção e sentimentos positivos.

Por fim, também Ramirez (2001) apresenta uma série de pressupostos com vista a intervenção em contexto escolar para a prevenção e combate à violência. Tal como defendem os autores acima mencionados, também este revela que antes de mais é importante intervir na instituição na globalidade e não apenas ao nível do professor, aluno agressor ou vítima. Desta forma, a intervenção em contexto escolar passaria pelo desenvolvimento de actividades que integrassem professores, alunos e funcionários, actividades estas que passariam, num primeiro momento, pela elaboração e implementação de uma série de normas de convivência, supervisão de condutas dos alunos, afixação de cartazes e revisão de currículos escolares.

Num segundo momento, a intervenção passaria pelo nível familiar, ou seja, a integração dos encarregados de educação em algumas das actividades de prevenção, de entre as quais se destacaria uma sessão de esclarecimento sobre o tema, no qual se daria principal relevância aos sintomas experienciados pelas vítimas e agressores. O objectivo desta sessão seria de incutir nos pais a responsabilidade de estarem atentos aos comportamentos dos seus filhos, revelando qualquer sintoma que pudesse estar relacionado com a presença de bullying. Para esta comunicação entre escola e encarregados de educação ao nível da prevenção da violência escolar, seria importante criar um espaço ao qual estes se pudessem dirigir, assim como englobar neste processo a direcção escolar, a comissão pedagógica e os professores tutores (Ramirez, 2001).

Como é óbvio, parte do processo de prevenção passaria pela intervenção directa com os alunos implicados no fenómeno de violência, fosse em termos individuais, fosse a nível grupal/

turma. Esta parte da prevenção centrada nos alunos passaria por uma fase de análise da turma ou indivíduos implicados no fenómeno de agressão/ vitimização, sendo a partir dessa análise que seria construído um plano de trabalho específico para o aluno agressor e para a vítima, sendo que num último momento ambos se encontrariam. Só no fim de intervir a nível individual é que se passaria para uma intervenção ao nível da turma, para o incremento de uma atitude activa de cooperação na prevenção da violência e, claro, reprovação dos comportamentos agressivos (Ramirez, 2001).

Amado (2001) apresenta, também, uma espécie de síntese das estratégias de controlo e contra-estratégias a implementar no dia-a-dia no contexto escolar. Estas suas estratégias passariam pelos professores, pelos alunos, pelos estilos de ensino e metodologias, e, por fim, por procedimentos disciplinares. As estratégias ao nível dos professores passariam por: adaptar o ambiente de sala de aula às características da turma/ alunos; possibilitar a socialização e a necessidade da presença de normas para o estabelecimento de relações sociais; usar a dominação, a negociação e a confraternização como moeda de troca; ser ausente ou afastar-se da necessidade de intervir nos problemas dos alunos, ou seja, dar-lhes espaço para que resolvam os seus conflitos num primeiro momento, interferindo num segundo momento; estabelecer rotinas e rituais de trabalho; realizar algumas actividades lúdicas em sala de aula para motivar os alunos (terapia ocupacional) e promover um estilo de ensino que promova a elevação da moral dos alunos.

No que diz respeito aos alunos, Amado (2001) revela que estes podem ser conformistas e inconformistas face ao ambiente escolar. Para os primeiros, o autor refere que utilizam estratégias de identificação e concordância; insinuação; oportunismo; ritualismo e colonização. Por seu turno, para os inconformistas, apresentam estratégias de afastamento, rebelião e intransigência. Neste sentido, a prevenção passaria pela acentuação da responsabilidade social do aluno nas suas escolhas.

Amado (2001), assim como Abreu (1998), Ramirez (2001) e Santos (2004) faz referência à importância de realizar adaptações estratégicas aos estilos de ensino e metodologias utilizadas pelos professores. Para isso, revela que existem quatro tipos de estratégias de ensino que estes poderiam utilizar, ao invés de oscilarem apenas em a severidade e a benevolência. Assim sendo, a primeira estratégia seria a de dominação, que passaria pela acentuação, em sala de aula, de relações de poder, em que o professor é o supra-sumo, estimulando assim a sua credibilidade e necessidade de respeito por parte dos alunos. Uma outra estratégia a assumir pelos professores seria a integração, que passaria por desenvolver com os alunos o diálogo, a cooperação e a amizade. Aqui, seria importante, acima de tudo, fazer com que os alunos entendessem que aquele adulto não deixaria de ser o seu professor. No caso em que o professor não consiga impor limites, esta apresenta-se como uma estratégia pouco saudável, pois pode criar situações de ausência de fronteiras entre professor e aluno. Segue-se a estratégia de *management* das actividades da aula,

criando um espaço de abertura. E por fim, temos a estratégias de estados de espírito ou atitudes estratégicas, em que o professor recorre à racionalização para impor a sua autoridade.

Contudo, contrariamente aos restantes autores, Amado (2001) apresenta-se como o único que ressalta a necessidade de criar e implementar procedimentos disciplinares para punir e corrigir os comportamentos desviantes dos alunos. Assim sendo, Amado (2001) começa por referir a necessidade de existirem procedimentos preventivos por parte do docente com o objectivo de orientar o aluno para a assertividade, fomentar um ensino eficaz e promover a atenção e concentração dentro e fora da sala de aula. Desta forma, como métodos de prevenção, refere que o docente deve ser capaz, em sala de aula, organizar e gerir este espaço, criando regras e promovendo a satisfação dos seus alunos no contexto lectivo através do recurso a metodologias activas e que fomentassem a participação dos alunos.

Um outro procedimento, passaria pela correcção e não pela punição, dado que Amado (2001) crê que tudo pode ser evitado e deve-se trabalhar para a evitação e não para a necessidade de punição. Assim sendo, a correcção passaria por integração e estimulação do diálogo, participação, negociação, regras e valores; pela dominação e imposição através de comportamentos de ameaça, intimidação e atitudes de repressão face a possíveis comportamentos desviantes; e por fim, a dominação e ressocialização que passaria pela reorientação e promoção de mudanças de comportamentos nos alunos.

Só em última instância se partiria para a aplicação de procedimentos punitivos, que, na maioria das vezes, se apresenta sobre a forma de expulsão (em situações de maior gravidade) e suspensão por um tempo determinado, sendo que ambos levaria a uma suspensão momentânea do comportamento e não há sua extinção, assim como podem ser vistos pelo aluno agressor como algo positivo. Assim sendo, passaria por encontrar formas de castigo justas, que não apenas a suspensão e a expulsão, que tivessem como objectivo principal a supressão do comportamento desviante. Aqui ainda seria importante ter em conta se este castigo poderá causar transtornos aos encarregados de educação, que nem sempre compreendem os motivos a eles subjacentes (Amado, 2001).

Num estudo realizado por Carvalho et al. (2009) o lúdico assumiu uma particular importância na prevenção dos comportamentos de bullying em contexto escolar. De acordo com estes autores, partindo do pressuposto que os Parâmetros Curriculares Nacionais, desde de 1997, salientam a importância de trabalhar conceitos e valores básicos humanos com recurso a jogos que promovam o desenvolvimento de capacidades de respeito mutuo, trabalho em equipa, capacidades de julgamento e justiça, valorização e desenvolvimento da solidariedades e da dignidade, procurando estimular conhecimento sobre a necessidade de respeitar o outro. O lúdico apresenta-se ainda como o facto de ser uma actividade livre e recreativa que permitirá o estabelecimento de relações de maior proximidade com a escola.

De acordo com Baliulevicius & Macário (2006) a actividade lúdica deve ser entendida como a prática de relações sociais que podem ser manifestadas através do jogo, brinquedos ou brincadeiras da criança, que lhe permitem assimilar e compreender o mundo, seus conceitos e valores, dado que as actividades lúdicas contemplam em si mesma funções educativas que permitem à criança uma interacção com a realidade social na qual se encontra e na qual se vai desenvolvendo.

Assim sendo, podemos dizer que a experiência de brincar na escola apresenta-se como fundamental para o indivíduo, uma vez que lhe irá possibilitar o estabelecimento de relações de maior intimidade com o conhecimento, construção de respostas, interpretação e assimilação através de um meio lúdico, funcionando a escola como o espaço garantido para o desenvolvimento de actividades lúdicas (jogos, brinquedos, brincadeiras educativas) nas quais as crianças ampliam as suas representações, possibilitando desta forma a incorporação do mundo imaginário no seu quotidiano. A presença de actividades lúdicas na escola garantem que a criança tenha a possibilidade de estabelecer regras, divertir-se e conseqüentemente desenvolver a aprendizagem (Carvalho et al., 2009).

Desta forma, podemos concluir que a presença na escola de um espaço dedicado ao lúdico, aos jogos e às brincadeiras, brincadeiras nas quais as crianças se vejam confrontadas com uma necessidade de adaptação ao real apresenta-se como uma estratégia importante na promoção de um ambiente escolar seguro e livre de agressões. O lúdico e a aprendizagem social que provoca podem conduzir ao desenvolvimento de condutas menos agressivas em meios escolares, dado que a reciprocidade e a partilha de conhecimentos se encontra subjacente a todo o processo de brincadeira, em que as regras se apresentam como o ponto de partida.

Santos (2007) revela que o problema de indisciplina nas escolas tem vindo a aumentar nos últimos anos, aumento este que tem sido acompanhado pela crescente preocupação evidenciada por pais e professores em relação ao comportamento escolar dos alunos. Desta forma, a autora procura colocar em evidência algumas estratégias a aplicar em contexto escolar que possam minimizar a proliferação deste tipo de comportamentos.

Para começar, Santos (2007) refere que é de extrema importância “educar” os professores, ou seja, estes precisam de ter presente que além do ensino de conhecimentos teóricos, devem incentivar comportamentos de troca e diálogos, estimulando a análise crítica de inúmeras situações. Estas estratégias de debate apenas poderão ser aplicadas se o professor souber gerir bem a sua turma, ao mesmo tempo que deve ser capaz de integrar e incentivar as famílias a participarem de forma activa na educação dos seus filhos.

Assim sendo, em sala de aula, o professor deverá ser capaz de estabelecer uma relação com os seus alunos que favoreça e permita a construção conjunta do conhecimento; apresentar-se não meramente como o detentor do conhecimento, mas também como o mediador do processo de aprendizagem e responsável pelas condições nas quais ela ocorre, e deverá valorizar o

conhecimento prévio detido e apresentado pelo aluno como conhecimento útil na promoção do seu conhecimento (Santos, 2007).

Poderá desenvolver estas três atitudes na aplicação de algumas das seguintes estratégias: criar actividades que promovam a reflexão colectiva; a relação professor – aluno apresentar-se como parte do conhecimento a ser construído em sala de aula; utilização dos recursos existentes na região (contexto social no qual a escola esteja inserida) para o desenvolvimento de actividades pedagógicas que promovam a disciplina necessária ao processo de aprendizagem; apresentar-se como um agente cultural; transformar os problemas identificados nas relações com os seus alunos em condições para trabalhar a cidadania; conseguir abandonar o papel de figura de autoridade detentora do saber e poder; gerir as situações de indisciplina existentes em sala de aula; e realizar acções de intervenção que permitam aos alunos trabalhar o respeito pelas diferenças e ao mesmo tempo promover o estabelecimento de relações de confiança, cooperação e solidariedade (Santos, 2007).

Por fim, a autora faz referência ainda à importância dos temas transversais como uma medida a aplicar nas escolas como forma de prevenção da violência escolar, temas estes que deveriam ser negociados com os alunos e educa-los para a cidadania. De entre esses temas transversais, podemos salientar a educação para a paz, a educação emocional, a educação intercultural, a educação democrática e a educação moral (Santos, 2007).

Em suma, as estratégias a implementar em contexto escolar com o objectivo de prevenir a violência escolar e entre alunos passam, sobretudo, por uma espécie de reeducação do contexto no qual ocorrem. Tornou-se evidente que antes de intervir a nível do agressor e da vítima é de extrema importância intervir ao nível dos adultos presentes no contexto escolar, trabalhando com estas estratégias a implementar em sala de aula e fora dela que possam promover nos alunos a adopção de normas de conduta e valores. Acima de tudo, todos os autores acima mencionados revelam que é de extrema importância que a escola não ignore o contexto sociocultural no qual se encontra inserida, devendo por isso promover a interacção dos seus alunos como este meio como forma de estimular a sua responsabilidade e cooperação.

## **VII. UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

Quando se fala em bullying ou violência em meio escolar ignora-se que além dos agressores e das vítimas existem outros elementos que também sofrem efeitos negativos pela presença destes comportamentos. Foi com base nas leituras realizadas que se procurou elaborar um plano de intervenção para prevenir a violência em contexto escolar que procurasse incluir nele mesmo todos os actores deste contexto, não ignorando aqui que parte deste plano deveria oferecer condições de escuta individual, permitindo ao aluno agressor/ vítima encontrar um espaço no qual pudesse falar e resolver as suas dificuldades.

Antes de apresentar o programa propriamente dito, convém referir que o papel do psicólogo em contexto escolar é de extrema importância e relevância para o processo de prevenção. No entanto, só este elemento não faz a diferença, sendo por isso necessário, antes de mais, que a escola tome consciência que para um trabalho ser desenvolvido de forma eficaz haja colaboração estreita entre os diferentes intervenientes, sejam eles funcionários, professores, membros da direcção ou encarregados de educação.

Assim sendo, o programa de que se segue é considerado por mim como uma estratégia de implementação que permite a inclusão de todos os intervenientes do contexto escolar e dando a cada um papel de relevância para a promoção de condutas, normas e valores morais saudáveis.

Num primeiro momento, momento este que deve ser prévio ao início do ano lectivo, os professores e funcionários da presente instituição de ensino devem ser convocados para uma acção de sensibilização com vista a apresentação do tema, das consequências da violência em meio escolar e das formas de prevenção. É neste sessão inicial que o professor e funcionários serão confrontados, pela primeira vez, com o facto de se apresentarem como actores, muitas das vezes promotores, dos comportamentos agressivos nos alunos. Nesta primeira sessão, deve ser dada informação sobre quais os principais indicadores para a identificação da vítima/ agressor e salientar a importância de uma identificação precoce dos mesmos. Também será neste momento que devem ser recolhidas sugestões dos professores sobre forma de combater a violência escolar e sugerir o recrutamento de alguns elementos para auxiliar na criação de grupos de apoio à implementação de um programa contra a violência.

Seguir-se-á uma acção de sensibilização apenas para os professores, acção esta que deve centrar a sua atenção nos comportamentos negativos que estes podem apresentar e que propiciem o desenvolvimento de condutas agressivas nos seus alunos. É aqui que o professor irá desenvolver ou aperfeiçoar algumas das suas estratégias de ensino e gestão da sala de aula com vista a melhorar o seu relacionamento com os alunos.

Algumas das estratégias a implementar passarão por: elaboração conjunta com os alunos de um quadro de regras a serem cumpridas em sala de aula; promover nos alunos a comunicação com o professor, criando no espaço de sala aula períodos de tempo dedicados aos alunos e nos quais estes possam falar abertamente; promover no professor estratégias de ensino que visem a promoção do sucesso educativo nos seus alunos, através do incentivo, criação de grupos de estudo e espaço para dúvidas e explicações; diminuir no professor comportamentos de crítica face aos alunos mais problemáticos ou menos intervenientes; criar em sala de aula um espaço aberto ao debate e à partilha mutua. Não se trata de diminuir a autoridade do professor, mas sim incentivar este a ser aberto aos seus alunos, criando nestes uma sensação de confiança e segurança.

Logo no início do ano lectivo os encarregados de educação devem ser chamados para uma acção de sensibilização para o tema. Aqui deverão ser abordados as concepções associadas, as

características, o que podem fazer para prevenir e sugestões para ajudar. É de extrema importância que os encarregados de educação mantenham sempre uma relação directa com escola, sendo que esta deve favorecer a integração destes e das suas sugestões. Também aqui alguns encarregados de educação podem ser recrutados com vista à participação em determinadas actividades escolares.

O importante neste programa de prevenção da violência em contexto escolar é possibilitar o estabelecimento de relações de maior proximidade entre o contexto escola e o contexto família, dado que as ligações entre estes devem ser estreitas e de proximidade. Ao fomentar a articulação entre ambos os contextos promovemos laços de proximidade e de responsabilização de ambos pelos comportamentos dos seus alunos/ educandos. A escola deve abrir as suas portas a outros elementos e promover articulações entre os mesmos, auxiliando assim no processo de socialização e responsabilização dos alunos, o que se traduz em aquisições ao nível de normas e valores de convivência social que estes deverão cumprir para se sentirem aceites.

Uma das outras estratégias a implementar em contexto escolar com vista a prevenção de comportamentos violentos por parte dos alunos é a criação de um grupo de prevenção da violência. Pode ser criado nas escolas uma espécie de clube de alunos, orientado por um professor ou psicólogo escolar, grupo este que terá a seu cargo funções como: acções de sensibilização para a prevenção de violência; elaboração de directrizes e sanções para os alunos violentos; criação de um espaço de apoio aos alunos agressores e agredidos, no qual estes poderão contar com o apoio por parte dos seus colegas; criação de actividades lúdicas que permitam e possibilitem a interacção entre alunos de diferentes ciclos lectivos; elaboração do jornal escolar ou revista escolar, na qual apostarão na apresentação de alguns dos temas da actualidade; elaboração de panfletos ilustrativos das situações de violência e promover um estilo de vida saudável dentro da escola.

Quanto ao psicólogo escolar, a este irá competir funções diversas, desde a formação dos professores e encarregados de educação, até à formação dos funcionários. Esta formação terá sempre um carácter prático e partirá de uma visão comportamental, em que a modificação de determinados comportamentos poderá apresentar-se como um factor positivo para promover um estilo de vida saudável nas escolas, diminuindo assim os comportamentos agressivos entre os alunos. É deveras importante salientar aqui que os professores, principais promotores do desenvolvimento da criança e do adolescente em contexto escolar, apresentam-se como actores centrais no processo de prevenção da violência escolar. Cabe aos professores e, antes de mais, ao Ministério da Educação, modificar algumas das directrizes escolares impostas, possibilitando aos professores uma maior autonomia em termos de matérias a leccionar e formas de ensino, dado que o ensino tradicional necessita de uma reforma educativa que possibilite aos próprios alunos uma maior autonomia e responsabilidade pelo seu processo de aprendizagem.

Também o psicólogo escolar deverá ser capaz de criar um espaço aberto, no qual os alunos tomem conhecimento de que ali poderão encontrar uma resposta às suas dificuldades. É

importante aqui que o psicólogo não centre a sua margem de actuação apenas nos alunos agredidos, ou seja, nas vítimas. É de salientar que também os agressores devem ser contemplados neste seu processo de apoio, pois eles mesmos são vítimas dos seus comportamentos. O aluno agressor e o aluno agredido não devem, de imediato, ser confrontados com a presença um de outro, no entanto, um dos objectivos do psicólogo escolar deverá passar pela junção destes dois elementos para que possam resolver conflitos existentes. Aqui, o apoio psicológico individual assume uma importância redobrada, em que o aluno encontrará ali um espaço e um adulto que apenas o quer ajudar.

Por fim, a presença de técnicas de relaxamento, resolução de conflitos e competências sociais apresentar-se-ia como benéfica e positiva no psicólogo em meio escolar, que encontraria nelas importantes aliados para a diminuição da problemática associada à violência escolar.

## VIII. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por base a experiência profissional numa escola de ensino básico. Não quero com isto dizer que se tratava de uma escola com índices elevados de violência, mas sim que a sua localização tornava propício o desenvolvimento de determinados comportamentos disruptivos nos alunos.

Enquanto psicóloga em meio escolar, considerei de grande importância as estratégias acima mencionadas, sendo que muitos foram os autores nos quais me baseei para elaborar esta pequena exposição. Tomei como importante a sensibilização dos alunos, pois estes precisam, muitas das vezes, de tomarem consciência das suas dificuldades em termos relacionais para que assim possam resolver os seus conflitos. Também procurei, com recurso a técnicas de intervenção várias, auxiliar os alunos agressores e agredidos, sendo que o apoio psicológico individual se apresentou como benéfico e positivo na maioria dos casos.

Para concluir, quero apenas referir que considero que esta temática e problemática não deveria ser ignorada. As informações transmitidas é que muitas são as vítimas silenciosas que mais tarde se revelam. O ignorar a existência de um problema desta índole poderá traduzir-se em dificuldades acrescidas quer para alunos, quer para o contexto escolar em si. O importante é conseguir fazer com que todos os seus intervenientes consigam perceber que existem outras formas de agir perante a presença de violência em contexto escolar.

**BIBLIOGRAFIA:**

Abramovay, M. & Rua, M. G. (2003). *Desafio e alternativas: violência nas escolas*. Brasília: UNESCO/ UNDP.

Abreu, M. V. (1998). *Cinco ensaios sobre a motivação*. Coimbra: Almedina

Amado, J. S. (2001). *Interação pedagógica e indisciplina na aula*. Porto: Edições Asa.

Antunes, D. C. & Zuin, A. A. S. (2008). Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. *Revista Psicologia & Sociedade*, 20 (1), pp. 33-42.

Baliulevicius, N. L. P. & Macário, N. M. (2006). Jogos cooperativos e valores humanos: perspectiva de transformação pelo lúdico. *Revista Fitness e Performance Journal*, 5, nº 1, pp. 48-54.

Barbosa, c. & Nogueira, C. (). *Violência escolar e a construção social de masculinidades*. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção.

Barros, P. C.; Carvalho, J. E. & Pereira, B. O. (2009). *Um estudo sobre bullying no contexto escolar*. IX Congresso Nacional de Educação – Educere, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, PUCR, em [www.educere.br](http://www.educere.br), consultado a 3 de Fevereiro de 2010.

Carvalho, J. E.; Barros, P. C. & Pereira, B. O. (2009). *O lúdico como uma possibilidade de intervenção ao bullying e formação da criança na escola*.

Carvalhosa, S. F.; Lima, L. & Matos, M. G. (2001). Bullying – A provocação/ vitimização entre pares no contexto escolar português. *Análise Psicológica*. 4 (XIX), pp. 523-537.

Dreyer, D. (2004). *A brincadeira não tem graça*. em [www.educacional.com.br](http://www.educacional.com.br), consultado a 3 de Fevereiro de 2010. IX Congresso Nacional de Educação – Educere, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, PUCR, em [www.educere.br](http://www.educere.br), consultado a 3 de Fevereiro de 2010.

Fonseca, A. C. (1982). Tendências actuais do estudo da agressão infantil. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 16, pp. 383-411.

Fonseca, A. C. (1983). A relação intenções – consequências na avaliação moral dos comportamentos agressivos na criança: elementos para uma revisão. *Revista Portuguesa de Pedagogia – Separata*, 17, pp. 259-288.

Olweus, D. (1989). Prevalence and incidence in the study of anti-social behaviour: definitions and measurement. In Klein, M. (Eds). *Cross national research in self reported crime and delinquency*. Dordrecht: Kluwer.

Olweus, D. (1999). Europe – Scandinavia – Sweden. In Smith, P. K., Morita, Y., Jøger-Tas, J., Olweus, D., Catalano, R. & Slee, P. (Eds). *The nature of school bullying – a cross national perspective*. London Routledge, pp. 7-27.

Pereira, B. O. (2002). A violência na escola – formas de prevenção. In, Pereira, B. & Pinto, A. P. (Eds.). *A escola e a criança em risco – intervir para prevenir*. Porto: Edições Asa.

Pereira, Beatriz Oliveira (2006). Prevenção da violência em contexto escolar: Diagnóstico e programa de intervenção, in Neto, J. C. S. & Nascimento, M. L. B. P. *Infância: Violência, Instituições e Políticas Públicas*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, cap. 2, pp. 43-51.1

Pereira, B. O. (2008). *Para uma escola sem violência: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças*. Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2ª Edição.

Ramirez, F. C. (2001). *Condutas agressivas em idade escolar*. Amadora: MacGraw-Hill.

Santos, M. R. (2004). Violência na escola. *Psychologica*, 36, pp. 163-174.

Santos, M. M. (2007). *Indisciplina e agressividade: prevenção e intervenção no contexto escolar*, p. 1-15. em [www.monografias.brasilecola.com](http://www.monografias.brasilecola.com), consultado a 25 de Fevereiro de 2010.

Sousa, P. M. L. (2006). *Agressividade em contexto escolar*. p. 1-39, em [www.psicologia.com.pt](http://www.psicologia.com.pt), consultado a 2 de Fevereiro de 2009.